



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170918 - RS (2020/0040485-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
REQUERENTE : ALESSANDRO ARCANGELI
ADVOGADOS : JOSÉ ERNESTO DE BARROS FREIRE - SP018966
FERNANDO JOSÉ DE BARROS FREIRE - SP138200
JULIANA MARIA DE BARROS FREIRE - SP147035
EDSON FERNANDES JUNIOR - SP146156
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO : DINAVAN S/A
ADVOGADOS : OTTO CARLOS VIEIRA RITTER VON ADAMEK - SP010906
ANTÔNIO CÉSAR DE OLIVEIRA - SP053680
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK - SP139152
LUIZ FELIPE DAL SECCO - SP155062
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE GRAVATAÍ - SJ/RS
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado contra decisão monocrática que determinou a redistribuição dos autos a um dos Ministros integrantes da Primeira Seção, a teor do que dispõe o art. 9º, § 1º, IX e XIV, do RISTJ.

Em suas razões, a parte peticionante, em síntese, aduz que a Segunda Seção do STJ é competente para apreciar o conflito apresentado, tendo em vista que a ação em trâmite perante um dos juízos suscitados versa apenas sobre direito privado.

A competência das Seções e das respectivas Turmas do STJ é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

Compulsando os autos, verifica-se que a matéria em debate diz respeito à falta de competência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO para determinar a quebra de segredo de justiça previamente deferido pelo JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE GRAVATAÍ - SJ/RS em autos

de Ação Cautelar Fiscal ajuizada por ente público.

Dessa forma, consoante consignado na decisão primeva, verifica-se que a competência interna para apreciar o recurso, inclusive de eventual pedido de urgência, é de uma das Turmas integrantes da Primeira Seção desta Corte.

Ante o exposto, nada a prover. Mantenho a decisão de e-STJ fl.172.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora